



Ministério da Defesa Nacional
EXÉRCITO PORTUGUÊS

DEPARTAMENTO DE FINANÇAS

Registo Beneficiário Efetivo (RCBE) e Estatutos Sociais

Decreto-Lei n.º 186/2014 – Lei Orgânica do Exército

O Exército Português é um ramo das Forças Armadas, dotado de autonomia administrativa, que se integra na administração direta do Estado, através do Ministério da Defesa (artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 186/2014 de 29 de dezembro).

Sendo o Exército Português um organismo da Administração Pública não está sujeito a Registo Comercial (artigo 1.º do Código do Registo Comercial *ad contrarium*) e, bem como, ao Registo Central de Beneficiário Efetivo (artigo 3.º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo *ad contrarium*). Por este motivo, o Exército Português não tem Estatutos Sociais e Registo Central de Beneficiário Efetivo.